

Por um feminismo decolonial: a leitura antipatriarcal, anticapitalista, antirracista de Françoise Vergès

Toward a Decolonial Feminism: an Antipatriarchy, Anticapitalistic and Antiracist Reading of Françoise Vergès

Gilmara Joane Macêdo de Medeiros¹  0000-0002-2526-0787

¹Universidade Federal Rural do Semiárido, Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Mossoró, RN, Brasil.
59625-900 – dcsa@ufersa.edu.br



VERGÈS, Françoise.

Um feminismo decolonial.

Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo.
São Paulo: Editora Ubu, 2020. 144p.

Em sua primeira obra traduzida no Brasil, *Um feminismo decolonial*, introduzida no mercado editorial pela Editora Ubu, a estudiosa Françoise Vergès¹ (2020) expõe de maneira provocativa os elementos políticos e teóricos de desenvolvimento de um feminismo decolonial. A proposta em discussão – difundida no país a partir de outras intelectuais, tais como Lélia Gonzalez (2019), Orchy Curiel (2009), María Lugones (2014), Rita Laura Segato (2012), dentre outras –, apresenta-se como uma forma de intervir no mundo que questiona e aponta para as permanências e desigualdades provenientes do processo de colonização das Américas, da África e da Ásia, analisando os seus impactos nas vidas das mulheres negras e racializadas.

Trata-se de uma leitura que reivindica a radicalidade do feminismo como uma expressão da luta das mulheres do sul global², situando-o como uma forma de oposição ao patriarcado, ao capitalismo e ao racismo-colonialismo, ao mesmo tempo em que aponta para as fragilidades do feminismo hegemônico – notadamente branco e liberal, a que autora denomina de civilizatório. Esta vertente reforça, para Vergès, o processo de exploração-domação-opressão das mulheres colonizadas quando constrói uma perspectiva política travestida de um projeto de emancipação feminina, criado à luz de uma concepção pouco inclusiva de emancipação das mulheres.

¹ Françoise Vergès é uma feminista, cientista política, historiadora, ativista e especialista em estudos pós-coloniais. Nascida num Departamento Ultramarino francês no Oceano Índico – a Ilha da Reunião.

² Norte/sul é uma nomenclatura utilizada na área das ciências sociais para demarcar a divisão global entre os países colonizadores e imperialistas (em especial, os Estados Europeus) daqueles que sofreram com o processo de espoliação, expropriação e exploração por eles realizado – desde o século XV – também chamados de países colonizados. A esse respeito, ver: Boaventura de Sousa Santos (2009). SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-71.

Para o desenvolvimento mais apurado de sua análise, a estudiosa volta suas reflexões ao trabalho invisível de limpeza realizado no mundo capitalista, no qual o recolhimento do lixo e o saneamento dos espaços públicos e privados são executados, majoritariamente, por mulheres negras e racializadas³. Cotidianamente elas abrem as cidades, limpam os espaços utilizados pelos/as demais, são expostas a produtos químicos, à contaminação do lixo e ao esgotamento de sua energia vital; são indispensáveis para o funcionamento da sociedade contemporânea – considerada uma produtora de dejetos e supérfluos, tanto com relação às coisas quanto aos próprios seres humanos.

Tão indispensáveis que, mesmo em tempos disruptivos como o que vivenciamos em 2020 e 2021 – em razão da pandemia de Covid-19 –, estas mulheres permaneceram/em desenvolvendo as atividades de limpeza pública e privada, abastecendo os mercados; seus filhos/as, pais e, porventura, companheiros/as, também negros/as e racializados/as, são, em sua maioria, aqueles que mantiveram/mantêm os serviços de *delivery*, transporte e abastecimento das cidades em plena quarentena. Não à toa, a população periférica e negra já é a mais atingida pela doença e por sua face reveladora da desigualdade social em países como o Brasil e Estados Unidos, por exemplo.

Na perspectiva de Vergès, o trabalho de recolher os dejetos do mundo funciona também como um símbolo da descartabilidade dos corpos e vidas das mulheres negras e racializadas, promovida pelo imbricamento entre patriarcado-racismo-capitalismo, reforçados pelo colonialismo. Nas suas palavras “[...] a economia de produção de lixo é inseparável da produção de seres humanos fabricados como ‘sucata’, como ‘lixo’” (VERGÈS, 2020, p. 127).

O colonialismo, como nos adverte a estudiosa, não pode ser confundido com a colonização, uma vez que se trata de um processo/movimento que se perpetua através das relações sociais desiguais e de dominação, constituídas por séculos de colonização de determinados corpos e territórios.

A colonialidade, como uma expressão de poder, pode ser percebida no ocultamento da história dos povos colonizados e na invisibilidade de suas lutas, memórias e vidas nas reflexões teóricas produzidas pela academia – predominantemente branca e eurocêntrica. Contar a história das mulheres e dos povos colonizados, de suas resistências, conhecimentos e culturas significa não apenas promover a reparação de sua memória e dignidade, mas também se insurgir contra o processo de colonização que permanece na difusão de saberes eurocentrados.

É nesse sentido que Vergès reivindica a importância de um feminismo decolonial. A estudiosa compreende que uma perspectiva radical do feminismo deve ser questionadora do modo de produção social no qual vivemos, buscando construir alternativas emancipatórias para a existência de mulheres e homens no mundo. A seu ver, a grande tarefa deste feminismo é a de pensar a respeito dos desafios impostos a uma humanidade ameaçada de desaparecer; representa-se na recusa ao modo de vida que nos transforma em supérfluos, em números manipuláveis nos cálculos de risco das grandes corporações e de sua manipulação financeira, em corpos matáveis, em objetos do encarceramento massivo, em bárbaros/as a serem salvos/as pela redentora política desenvolvimentista da civilização.

Não se trata de uma “quarta onda” do feminismo⁴, mas de uma intensificação da luta das mulheres negras e racializadas no processo contínuo de libertação dos povos. Trata-se de reconhecer a centralidade destas lutas na reflexão política e no abandono dos pressupostos civilizatórios partilhados por toda e qualquer perspectiva que não reconheça o processo de dominação do sul global, provocados pelos séculos de colonização. Ou, como prefere chamar a estudiosa, diz respeito ao desenvolvimento de um feminismo ancorado na quilombagem⁵, isto é, numa promessa radical de transformação do mundo, ainda que todos os horizontes para sua mudança pareçam improváveis e sejam negados pela lei, pelo Estado e pela economia.

A edição brasileira está dividida em dois capítulos. A obra também contém um texto de apresentação da Flávia Rios (2020) intitulado “Por um feminismo radical”, bem como uma nota de tradução das tradutoras Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Além disto, possui um prefácio escrito especialmente para a edição brasileira e uma introdução chamada de “Invisíveis, elas abrem a cidade”.

No primeiro capítulo, Vergès busca definir o que compreende ser um feminismo decolonial e sua metodologia. A seu ver, ele nasce das vozes e das experiências concretas das mulheres negras, indígenas e racializadas, a partir de seus movimentos de resistência na

³ A estudiosa utiliza a expressão racializadas para se referir às mulheres pertencentes a minorias étnicas, religiosas e migrantes.

⁴ Nesse sentido, a preocupação de Vergès (2020) é a de indicar que não se trata de uma nova face do feminismo, mas de uma reflexão e de um aprofundamento construído a partir das lutas das mulheres negras e racializadas, no aprendizado contínuo e no amadurecimento que tiveram dentro dos mais amplos movimentos de libertação dos povos (movimentos de independência, movimentos negros e indígenas, de camponesas, dentre outros).

⁵ Por quilombagem Vergès (2020, p. 49) compreende ser todos “[...] os gestos, cantos, rituais que noite e dia, escondidos ou visíveis, representam uma promessa radical. A quilombagem afirmava a possibilidade de um futuro mesmo quando ele era negado pela lei, pela Igreja, pelo Estado e pela cultura [...]”.

própria história e na sua luta por evidenciar as particularidades e permanências da colonização sobre os seus corpos. Esta práxis reivindica uma pedagogia da transversalidade, promovendo uma análise multidimensional das opressões sociais; pedagogia que se desenvolve na recusa por enquadrar raça/etnia, classe e sexualidade como categorias mutuamente excludentes, bem como no rechaçamento de qualquer tentativa de hierarquizá-las. Desta forma, o método feminista decolonial evita a segmentação – concebida como uma forma própria dos estudos sociais ocidentais – propondo em seu lugar análises que revelem o ecossistema social e sua teia exploratória e discriminatória.

Esta forma de insurgência também questiona o próprio cânone feminista. Ao analisar as origens do feminismo liberal, Vergès resgata os seus elementos civilizatórios, presentes até os dias atuais na busca por universalizar uma concepção de mulher e de feminilidade, ignorando as múltiplas vivências das mulheres em nossa sociedade⁶. A autora tece críticas, em especial, ao feminismo europeu (sobretudo, ao francês) que, muitas vezes, recusa-se a admitir a presença do racismo em seus filões e em suas análises, construindo estratégias cegas com relação à raça. Neste ponto, busca compreender como as mulheres brancas e o ideal de feminilidade que as aprisiona(r)am também foram moldados pela colonização, enfatizando que um dos impactos deste processo em suas vidas é justamente o não reconhecimento do problema racial e da ideologia civilizatória em seus discursos e lutas.

Vergès mostra-se bastante crítica a algumas estratégias apoiadas pelo feminismo hegemônico e difundidas globalmente como uma política de emancipação das mulheres, sobretudo por meio da atuação de órgãos multilaterais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como pela Organização das Nações Unidas (ONU). Refere-se à alternativa desenvolvimentista que incentivou a autonomia feminina por meio da concessão de microcrédito, que estimulou a criação de Organizações Não-governamentais como modelo associativo e a adoção de um linguajar pouco crítico com relação ao modelo neoliberal que se expandia globalmente aliado a tais recursos. Modelo que resultou numa hiper exploração da mão-de-obra das mulheres do sul global e na expansão da violência articulada do capital-patriarcado-racismo⁷.

No segundo capítulo, a estudiosa aprofunda sua análise sobre como as políticas acima mencionadas impactaram a vida das mulheres negras, indígenas e racializadas, evidenciando o aspecto pouco transformador do feminismo hegemônico e do modelo de inclusão liberal por ele proposto e difundido. A seu ver, a adoção desta perspectiva e sua propagação é uma das faces da continuidade do processo civilizador iniciado pela colonização, que incentiva as mulheres do sul global a se ocuparem cada vez mais das funções reprodutivas e dos serviços de cuidado em nossas sociedades.

Para além disto, Vergès discute a conjuntura do feminismo francês e do crescimento do racismo entre suas ativistas, incluindo a apropriação de aspectos do feminismo por asseclas da extrema direita europeia, ao que ela denomina de femonacionalismo. Racismo que se disfarça na defesa da república francesa e da laicidade do Estado, isto é, a proteção da civilização em oposição aos estrangeiros bárbaros. Refere-se aqui, em especial, à querela do véu islâmico e a campanha pela proibição de sua utilização nas escolas francesas, encampada por algumas figuras históricas do feminismo francês. A seu ver, esta atitude promove a xenofobia e aparenta que a outra, a estrangeira precisa da ação das corajosas mulheres brancas para compreender o verdadeiro significado da emancipação feminina. Além disto, reforça a construção social do inimigo, do homem negro e racializado como naturalmente violento, um estuprador em potencial⁸ etc.

A autora ainda destaca o fato de que o feminismo hegemônico quando busca a incorporação das mulheres negras e racializadas no seu panteão, acaba por despolitizá-las, retirando o caráter comunitário e social de suas lutas e atividades, transformando-as em heroínas, em sujeitas singulares. Neste sentido, destaca que uma das tarefas do feminismo decolonial é a de se esforçar para recuperar as histórias das mulheres escravizadas, negras e racializadas, evitando a despolitização de suas figuras e o seu deslocamento como símbolos de uma luta coletiva.

Vergès encerra sua obra provocando algumas reflexões acerca dos desafios enfrentados pelo feminismo decolonial. Para ela, é preciso construir a luta de emancipação das mulheres em permanente solidariedade com os homens negros e racializados, uma vez que eles também são vítimas e produtos do sistema global. É preciso também politizar o cuidado e questionar a racialização do trabalho reprodutivo, questionando-se permanentemente sobre quais são os

⁶ Crítica que também pode ser encontrada em Angela Davis (2016) em suas análises sobre a relação entre o movimento sufragista e o abolicionista nos EUA. DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Trad. de Heci Regina Cardiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁷ Uma importante contribuição acadêmica, neste sentido, é a de Rita Laura Segato (2012), em especial, quando se debruçou sobre o feminicídio na fronteira México e Estados Unidos.

⁸ Aspecto também analisado por Angela Davis (2016).

corpos cujas vidas são exauridas pelo trabalho, perguntando-se sobre quem limpa o mundo e qual a relação entre o lixo humano e o/a humano/a lixo. Por fim, é preciso reconectarmos-nos com a potência imaginativa do feminismo, isto é, restaurar a força criativa da insubmissão.

Referências

CURIEL, Orchy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. *Coordinadora Feminista*. 16/12/2009. Disponível em: <http://feministas.org/descolonizando-el-feminismo-una.html>. Acesso em: 08/06/2020.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural da Amerifricanidade". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 341-352.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo descolonial". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014.

RIOS, Flávia. Por um feminismo radical. In: VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020. p. 10-18.

SEGATO, Rita Laura. "Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial". *e-cadernos ces* [Online], 18, 2012. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533>. Acesso em: 08/06/2020.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

Gilmara Joane Macêdo de Medeiros (gilmara.medeiros@ufersa.edu.br) é professora do curso de Direito da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Mestra e Graduada em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordena o Centro de Referência em Direitos Humanos do Semiárido, desenvolvendo pesquisas na interface entre direitos humanos, direitos das mulheres e feminismos.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

MEDEIROS, Gilmara Joane Macedo de. "Por um feminismo decolonial: a leitura antipatriarcal, anticapitalista, antirracista de Françoise Vergès". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, e74626, 2021.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebida em 09/06/2020

Aprovada em 17/08/2020